Biodiesel e agricultura familiar

Até onde vale a pena?

Aldara da Silva César[1]
Mário Otávio Batalha[2]

A BUSCA por fontes de energia capazes de substituir parte da energia fóssil demandada atualmente e que, ao mesmo tempo, sejam renováveis, mais seguras e menos poluentes têm permeado grande parte dos debates sobre segurança energética nos últimos anos. Estima-se que os biocombustíveis, em 2030, substituirão entre 4 e 7% do consumo de toda energia fóssil mundial.

No Brasil, frente à vasta variedade de matériasprimas disponíveis, um dos grandes desafios é escolher a oleaginosa que melhor explore as potencialidades regionais para a produção de biodiesel dentro de especificações técnicas aceitáveis.

Escolhendo as culturas mais adequadas: competitividade vs. impacto social

Vários aspectos devem ser considerados para apontar a potencialidade de cada matéria-prima dentro de uma região específica, sendo que alguns cuidados com as técnicas agrícolas empregadas são essenciais para que essas potencialidades sejam exploradas adequadamente.

Dentre os critérios a serem considerados, tem-se:

- produtividade da oleaginosa;
- custo de produção;
- capacidade de armazenagem;
- valor dos subprodutos;
- capacidade de geração de renda;
- adaptabilidade da cultura às condições regionais;
- sustentabilidade da cultura.

Os custos atuais de produção de biocombustíveis são pouco competitivos em relação aos derivados de matérias-primas fósseis. Por outro lado, eles podem contribuir para reduzir emissões de gases do efeito estufa, apontadas como uma das principais causas das mudanças climáticas. Isso ajudaria a explicar o motivo pelo qual, em todo o mundo, eles têm sido produzidos sob a égide de legislações e marcos regulatórios específicos ou de variados regimes de concessão de subsídios.

No Brasil, não é diferente. A legislação ligada ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) criou uma forte demanda interna por biodiesel. Ao mesmo tempo, esta legislação procurava utilizar esta demanda para estimular a produção de oleaginosas para a produção de biodiesel por pequenos agricultores familiares, visando garantir a inclusão produtiva destes. O Selo Combustível Social foi o principal instrumento criado pelo PNPB para assegurar esta inclusão.

Passados cinco anos da implantação do PNPB, o Brasil já ocupa a terceira posição do ranking mundial de produtores de biodiesel. O país produz 2,5 bilhões de litros/ano e também possui capacidade para atender ao dobro dessa demanda obrigatória. Sob o ponto de vista produtivo, o Programa pode ser considerado

Panorama da potencialidade brasileira para a produção de oleaginosas



Fonte: Sebrae (2007)

um sucesso. No entanto, apesar do crescimento rápido do setor, a matriz de biodiesel não alcançou a diversificação de matérias-primas almejada pelo Programa e as usinas operam em grande parte com o óleo de soja. Quando examinada do ponto de vista do seu objetivo de inclusão social dos pequenos agricultores, a situação do PNPB também é delicada.

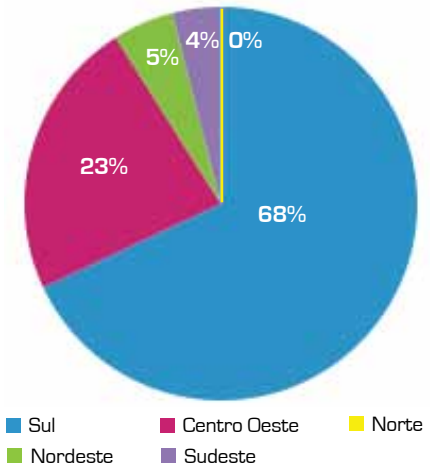
Inicialmente, o governo pretendia incluir 200 mil famílias no PNPB. No entanto, durante o primeiro ano, somente 16.328 famílias foram beneficiadas pela política de inserção. Ao todo, em 2010, foram 100.371 estabelecimentos da agricultura familiar. Destes, 52% estão no Sul, 41% no Nordeste e 7% distribuídos nas outras regiões do País. Apesar da maior participação dos agricultores do Nordeste ao longo dos últimos anos, as aquisições em valores dos produtores familiares desta região representaram apenas 5% do total da contribuição familiar do PNPB, o que reflete as fragilidades estruturais da agricultura familiar na região.

No Nordeste, os trabalhos sociais desenvolvidos até o momento com mamona encontram boa justificativa, muito mais por sua acessibilidade aos leilões da ANP do que em virtude dos incentivos fiscais inerentes ao SCS.

Entre as dificuldades inerentes à concretização dos contratos com o agricultor familiar de mamona, destacam-se: baixa escala de produção; dispersão espacial das famílias assistidas; restrições tecnológicas; baixa produtividade; manejo inadequado; elevada sazonalidade de produção; secas prolongadas e cada vez mais irregulares; assistência técnica deficitária; preços instáveis; falta de tradição em associativismo e presença atuante dos atravessadores; alto nível de endividamento dos agricultores rurais; e dificuldades de acesso ao crédito rural.

No caso da palma (ou dendê), os trabalhos desenvolvidos com agricultura familiar são pilotos e crescem de forma mais lenta em decorrência dos altos investimentos necessários nessa cultura, uma vez que, na maioria dos casos, os plantios estão integrados ao processamento dos cachos.

Participação regional no total de aquisições de matérias-primas para produção de biodiesel advindos da agricultura familiar em R$ no ano de 2010



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011)

Adicionalmente, o tempo de maturação do investimento é alto, devido ao longo tempo entre a germinação de sementes e início da primeira colheita. Há ainda limitações de ordem burocrática (como aquisições de sementes e a dramática questão latifundiária) e de infraestrutura (não somente de estradas, mas de ordem social, como escolas, lazer etc.) que dificultam o planejamento das empresas, pois acabam tendo que atuar em atividades secundárias, isto é, fora do âmbito da produção de óleo de palma e seus derivados.

As maiores percentagens sociais ainda são compostas pelo fornecimento de soja dos agricultores familiares sulistas – que possuem boa estrutura, tradição em cooperativismo e realidade diferente do Norte e Nordeste do País. Essa situação conflita com os reais objetivos do PNPB, fortemente pautados no desenvolvimento social de áreas mais carentes.

A soja possui vantagens competitivas evidentes frente às demais oleaginosas aqui abordadas. Em campo, o alto nível tecnológico permitiu o cultivo da soja em várias regiões do País. A alta mecanização também contribui para ganhos em escala e produtividade do cultivo. A boa gestão é encontrada até mesmo entre os agricultores familiares que estão organizados em cooperativas para gerenciar a demanda imposta pelo PNPB. Isso tem contribuído para que a oleaginosa atenda – em quantidade - não somente à demanda obrigatória imposta pela legislação de adição de biodiesel ao diesel, como também às requisições do SCS.

Projetos de inclusão produtiva de agricultores familiares são, na maioria das vezes, desenvolvidos em comunidades com fortes demandas sociais. Assim, é vital que ações de assistência técnica voltadas para estes agricultores venham acompanhadas de movimentos que melhorem o capital social e as condições de saúde, segurança, habitação e educação dessas populações.

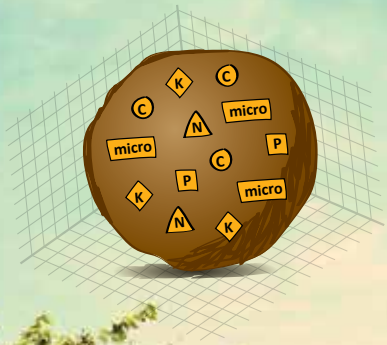
O prolongado processo de marginalização econômica que caracteriza boa parte destes agricultores demanda trabalhos de inclusão produtiva, mas também ações que levem a mudanças culturais mais profundas nessas comunidades. Todas essas transformações são importantes para aumentar o capital social destes agricultores e, dessa forma, fomentar e incrementar a efetividade de suas ações coletivas.

Embora o PNPB tenha proporcionado avanços nessa direção, ele ainda encontra dificuldades em promover um desenvolvimento regional sustentado baseado na inclusão de pequenos agricultores familiares. Ainda assim, vale ressaltar que esforços têm sido direcionados para suplantar essas dificuldades. O número de famílias integradas na cadeia produtiva do biodiesel tem elevado-se a cada ano, bem como o aumento de renda dos agricultores familiares envolvidos nesses sistemas de produção. Por ora, é possível afirmar que a entrada da Petrobras, bem como as alterações da antiga normativa, podem contribuir de forma relevante para revitalizar o pilar social do programa. Este novo capítulo do PNPB merece ser acompanhado de perto.... ■

[1] Professora do Departamento de Engenharia de Agronegócios da UFF/ Volta Redonda (RJ) – Coordenadora do Grupo de Análise de Sistemas Agroindustriais (GASA) - aldaracesar@id.uff.br

[2] Professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar/São Carlos (SP) – Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI) - dmob@ufscar.br

Só com muita pesquisa para se obter um organomineral com tantas vantagens.



Fotos meramente ilustrativas.

A presença de matéria orgânica em fertilizantes organominerais tem efeitos positivos já bastante conhecidos. Entretanto, o diferencial do Farture está no processo de fabricação. Por meio da exclusiva tecnologia Agrária, todos os nutrientes minerais são incorporados no mesmo grão e interagem com o componente orgânico, que é de altíssima qualidade. Farture é mais eficiente na utilização dos nutrientes e permite uma melhor distribuição.

FARTURE. QUANDO TECNOLOGIA, PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE SE ENCONTRAM NUM ÚNICO GRÃO.



Desde 1978, a Agrária Fertilizantes desenvolve soluções para a produtividade no campo. E sempre é reconhecida pela alta qualidade dos seus produtos. Essa tal qualidade é o jeito de ser da empresa, que caminha junto do agricultor. Que orienta sua atuação para que ele produza mais e abasteça as cidades, enquanto cuida do solo. **Agrária. A marca da terra.**

Agrária
FERTILIZANTES

www.agrariafert.com.br | 16 3690-2200 *Jardinópolis*